

CÂMARA MUNICIPAL

DE

ANGRA DO HEROÍSMO

ACTA N.º 24/2011

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE

(Contém X folhas)

PRESIDENTE - Andreia Martins Cardoso da Costa -----
VEREADOR - Francisco Cota Rodrigues -----
VEREADORA - Raquel Margarida Pinheiro da Silva -----
VEREADOR - Hugo da Silva Ourique Lourenço -----
VEREADOR - Fernando Francisco de Paiva Dias -----
VEREADOR - Anselmo José da Rocha Barcelos -----
VEREADOR - Alonso Teixeira Miguel -----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

Acta nº 024/2011
Reunião de 06/06/2011

No dia 06 de Junho de 2011, realizou-se na Sede da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. -----
Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião. -----

Período de Pré-Ordem do Dia

Após saudação, a Presidente agradeceu à Junta de Freguesia de Santa Bárbara a disponibilidade e a cedência do espaço para realização da reunião. De seguida agradeceu a presença de todos, realçando o facto de a sala estar cheia de pessoas com vontade de participar no desenvolvimento das questões relacionadas com o concelho.---
Posteriormente, começou por colocar algumas questões, a primeira das quais relacionada com a votação da acta de nº 22-2011, de 23 de Maio de 2011, aprovada por maioria, com uma abstenção por parte de um vereador do PSD. -----
De seguida a Presidente deu início à prestação de informações, como a realização, na próxima quinta-feira, na freguesia do Porto Judeu, de uma visita de proximidade. Deu conta de que no passado dia 31 de Maio se realizou a reunião do Concelho Municipal de Juventude, anotando a disponibilidade do Vereador Cota Rodrigues, que presidiu à dita reunião, para esclarecimentos sobre a mesma. -----
A Presidente informou, ainda, que se concluiu a auscultação aos clubes desportivos sobre o regulamento de apoio às actividades desportivas. Acrescentou que foram auscultados todos os clubes de todas as actividades desportivas. Anotou que o regulamento se encontra agora em fase final de alterações para ir à reunião de câmara do dia 14 e ser incluído na agenda da Assembleia Municipal do mês de Junho. -----

Ainda no ponto das informações, a Presidente deu conta que a Dr.^a Gabriela Martins participou, em representação do Município, no último congresso da Associação de Estudos Mediterrânicos, em Corfu, na Grécia. Informou que o décimo sexto congresso irá realizar-se na Universidade dos Açores, no Campus de Angra, de 29 de Maio a 1 de Junho de 2013 e que tal realização resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de

Angra do Heroísmo, a Universidade dos Açores, o Instituto Açoriano de Cultura e o Instituto Histórico da Ilha Terceira. Destacou ainda que o número de participantes em Corfu que foi de 160 pessoas e já estão abertas as inscrições para as apresentações dos “papers”, que serão apreciados no ano seguinte. A presidente acrescentou ainda a disponibilidade manifestada pela Dr.^a Gabriela Martins, para receber o congresso nos Paços do Concelho. Informou que será realizado um encontro com os parceiros a nível local, no sentido de os pôr a par das diligências que foram efectuadas e do resultado das mesmas. -----

A Presidente lembrou que está a decorrer o procedimento com vista à reabilitação das calçadas do Centro Histórico do Concelho, informando que as propostas terão de ser entregues até ao dia 17 de Junho. Referiu ainda que o período para as admissões por parte das empresas concorrentes termina no dia 14 de Junho, coincidente com a próxima reunião de câmara, sendo que a seguinte é na segunda-feira 20 de Junho. A Presidente frisou a obrigação legal de responder aos erros e omissões até 17 de Junho, o último dia para a apresentação de propostas. Sublinhou que as empresas têm de entregar os erros e omissões até dia 14, às 16h30 e a edilidade tem de dar resposta até dia 17 de Junho. Não havendo nenhuma reunião de câmara útil até dia 17, a Presidente informou que tomará a decisão de aceitação ou não dos erros e omissões, que será ratificada na próxima reunião. -----

Relativamente à agenda, e depois da distribuição da mesma pelos vereadores, a Presidente afirmou que gostaria de incluir três assuntos na agenda. Pedido de pareceres prévios sobre consultadoria técnica à empresa Sérvulo & Associados, relativamente à contratação para a concepção/construção do Mercado Municipal Duque de Bragança, elaboração dos procedimentos, e para o parecer prévio relativo ao apoio técnico e jurídico com vista à abertura e acompanhamento do procedimento concursal de concepção, construção e exploração do parque de estacionamento subterrâneo. Ambas as iniciativas estão previstas no plano de investimentos da autarquia, relativamente a o terceiro ponto trata-se da inclusão de um voto de louvor ao Terceira Basket Clube que venceu a Proliga e subiu à Liga Profissional. -----

A Presidente perguntou aos vereadores presentes se tinham alguma oposição à inclusão na agenda destes três pontos. Não houve oposições. -----

Ainda sobre a agenda, a Presidente referiu a que o registo de entrada 5246, relativo a uma cedência de parcela de terreno sito na Canada do João Lourenço, nos Altares, deverá ser retirado da agenda da reunião, por falta de informação. -----

A Presidente, depois de terminar o período de informações, perguntou aos vereadores se tinham alguma questão a colocar. -----

O Vereador Anselmo Barcelos tomou a palavra, começando por saudar os presentes e a casa cheia, o que considerou ser sinal de uma boa convocatória por parte da Junta de Freguesia, dando de seguida parabéns por esse facto. -----

O Vereador Anselmo Barcelos dirigiu-se à Presidente dando conta da sua satisfação com a concretização do arranjo da rotunda perto da escola de São Carlos. -----

Seguidamente o Vereador apresentou a questão de um abaixo-assinado com 1166 assinaturas contra o encerramento da Escola da Conceição, perguntando de seguida qual a posição da Câmara em relação ao assunto. Perguntou ainda se a Presidente tinha noção no número de desempregados no Concelho de Angra do Heroísmo. Seguiram-se perguntas sobre os dados estatísticos conhecidos do número de toxicodependentes no concelho de Angra e sobre a previsão da conclusão da obra do Castelinho. -----

A Presidente começou por responder sobre a Escola da Conceição, dizendo ter conhecimento do abaixo-assinado, visto o primeiro subscritor ter dado conhecimento do mesmo à Câmara Municipal no final da passada semana, embora não a tempo de incluir o mesmo na agenda. A Presidente informou que a Câmara Municipal já tomou uma posição sobre esta matéria, na sequência de uma proposta do CDS-PP, em Agosto do ano passado. O CDS-PP apresentou uma proposta para que a Câmara tomasse uma posição relativamente ao não encerramento da Escola do Alto das Covas e da Conceição e essa recomendação foi aprovada por maioria e foi comunicada à Secretaria Regional da Educação. -----

Relativamente ao número de desempregados e de toxicodependentes, a Presidente disse que na sequência de propostas apresentadas pelo PSD, a Câmara já solicitou informação relativamente a essa matéria. Informou ainda que a Polícia de Segurança Pública já solicitou alguns esclarecimentos à Câmara, por ter sido uma das entidades a quem pediram informação e dados. A Presidente concluiu que continuam a aguardar resposta dessas entidades. -----

Sobre o Castelinho, a Presidente anotou que se esqueceu de incluir o assunto nas informações a prestar, dando conta que na passada sexta-feira recebeu uma visita não agendada de um alto dirigente do Ministério da Defesa que veio fazer uma visita à obra. Informou que o prazo previsto para a conclusão da obra é o mês de Julho. -----

O Vereador Alonso Miguel após saudação dos presentes realçou o facto de a sala estar cheia. Dirigiu-se à Presidente para abordar o assunto da escola de Santa Bárbara. Afirmou que o CDS foi o primeiro a levantar a questão na Câmara, manifestando preocupação sobre o assunto. O Vereador referiu que depois de levantado o problema, surgiram na comunicação social várias contradições entre o Governo Regional e a Câmara Municipal. O Vereador lembrou que em Março de 2009, através de uma publicação no Diário da República, a Câmara considerava prioritária a construção da Escola de Santa Bárbara. O Vereador afirmou que o Governo Regional foi categórico ao afirmar que esse não é um assunto prioritário e que não se vai construir a escola. Neste sentido, perguntou qual a posição que a Câmara vai assumir, se vai ou não construir a escola e qual a situação do Polidesportivo. -----

A Presidente considerou que o assunto em causa é do interesse da assistência, anotando a vontade de participação da mesma na discussão e esclarecimento deste assunto. Pondo de seguida a questão aos vereadores de responder imediatamente ou de se discutir o assunto no final da reunião, com participação da assistência. O Vereador anuiu a passagem a outro ponto e posterior discussão deste tópico no período destinado ao público. -----

O Vereador Alonso Miguel passou ao ponto seguinte, relacionado com a proposta de instalação de parquímetros na Rua Professor Augusto Monjardino, aprovada por unanimidade em Maio do ano passado. Questionou, passado um ano, qual o ponto de situação do processo. -----

A Presidente referiu que o contrato de concessão da exploração dos parquímetros termina em 2012, dando nota que até lá não faria sentido fazer aditamentos ou alterações ao objecto do contrato. Neste sentido, afirmou a concordância quanto à instalação dos parquímetros, informando que a Comissão de Trânsito já se manifestou em relação ao assunto, acrescentando que se aguarda uma nova contratação para estes espaços. -----

O Vereador Alonso Miguel introduziu o último ponto, relacionado com um requerimento feito à Câmara Municipal sobre uma urna de um soldado que está desaparecida, questionando a Presidente sobre o conhecimento do assunto. A Presidente alegou desconhecimento, pedindo uma indicação concreta para localizar a exposição que foi feita. A Presidente perguntou se havia um requerimento do CDS-PP e de quando é que o mesmo datava. O Vereador informou que a entrada do mesmo ocorreu a 06 de Abril de 2011. A Presidente deu conta de que não tinha conhecimento do assunto e de que tudo o que é apresentado pelos senhores Vereadores nomeadamente lhe é

reencaminhado de imediato. O Vereador reafirmou a sua certeza na entrada do requerimento, por lhe ter sido enviada uma prova do seu recebimento por e-mail, perguntando de seguida se a Presidente queria ficar com uma cópia. A Presidente sublinhou que se o requerimento foi apresentado pelos senhores Vereadores, não será difícil localizá-lo. O Vereador explicou que se trata do desaparecimento de uma urna de um soldado no Cemitério da Terra Chã. Após a explicação, a Presidente disse que se trata do Cemitério da Terra Chã, o assunto foi reencaminhado para a Junta de Freguesia da Terra Chã, acrescentando que o mesmo não é competência da Câmara Municipal. A Presidente justificou que possivelmente ainda não houve uma resposta por parte da Junta de Freguesia. O Vereador voltou a perguntar se a Presidente não teve conhecimento desta entrada ou se pelo menos conhece o caso. A Presidente respondeu que não, que se é um assunto de uma urna desaparecida na Terra Chã, e se pede informações sobre o assunto, a Câmara deve ter reencaminhado o assunto para a Junta de Freguesia da Terra Chã, mas que procurarão encontrar resposta mais concretas para a questão. O Vereador sublinhou que efectivamente o requerimento deu entrada e que esta é uma luta longa e que não há forma de a urna aparecer. -----

A Presidente reafirmou que a Câmara só tem competência sobre dois cemitérios. O Vereador voltou a perguntar se a Presidente não tem tão pouco conhecimento sobre esta situação. A Presidente respondeu não se trata de não ter conhecimento da situação, mas que não se lembra do assunto, acrescentando que o procedimento regular num situação desta natureza, não se tratando de um cemitério da competência da Câmara Municipal, é o encaminhamento para a entidade competente, neste caso a Junta de Freguesia da Terra Chã. O Vereador questionou sobre a gestão dos cemitérios, que afirmou pertencer à Câmara Municipal e por delegação às Juntas de Freguesia, alegando ser isso que está na lei de gestão autárquica. A Presidente esclareceu que só há dois cemitérios de competência da autarquia, o do Livramento e o da Conceição. O Vereador explicou-se dizendo que são normalmente competência da Câmara que subdelega às Juntas de Freguesia. A Presidente respondeu com a informação de que os cemitérios das freguesias não são propriedade da Câmara, são património das Juntas de Freguesia. O Vereador deixou o requerimento com a Presidente para a mesma se inteirar do assunto. -----

O Vereador Alonso Miguel apresentou uma proposta, relativamente à ordem do dia, sobre a minuta de protocolo com a RTP Açores. A Presidente considerou que o assunto

poderia ser discutido a quando do surgimento do ponto próprio da ordem do dia. O Vereador aceitou que assim fosse. -----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra para obter duas informações, uma relacionada com a Escola de Santa Bárbara sobre o pedido de esclarecimento à Secretaria da Educação, facto confirmado de seguida pela Presidente. O Vereador indagou sobre o ponto da situação. A Presidente confirmou o pedido de esclarecimentos e informou que já foi obtida resposta, resposta presente em fotocópias a distribuir pelos Vereadores presentes. ---- -----

O segundo esclarecimento solicitado pelo Vereador constituía num pedido de informação sobre a actividade da GRATER, assunto já disse já ter sido mencionado outras vezes, nomeadamente o plano de actividades que a GRATER vai implementar este ano e o relatório de actividades do último ano. -----

O Vereador Fernando Dias pediu ainda para fazer uma constatação, no que concerne ao programa das Sanjoaninas, pelo facto de ter estranhado que as piscinas, uma infra-estrutura muito importante do concelho não serem utilizadas convenientemente. O Vereador questionou porque é que não estão previstas actividades na utilização das piscinas do Inatel, dando nota que sabe que as mesmas não são propriedade da Câmara, mas de qualquer forma continuou dizendo que gostaria de saber se não houve iniciativa nenhuma neste sentido da parte da comissão ou se, por outro lado, a infra-estrutura não está em condições de ser utilizada. -----

A Presidente retorquiu que deve ter sido uma escolha da comissão já que normalmente há uma preferência por desporto ao ar livre durante as Sanjoaninas, não quer dizer que não haja pontualmente algumas actividades de pavilhão. Questionou o facto de ser hábito haver actividades nas piscinas nesta altura, ao que o Vereador respondeu que havia. A Presidente informou que poderá questionar o Presidente das Sanjoaninas sobre o assunto. O Vereador voltou a questionar a falta desta iniciativa, acrescentando se não haveria algum problema com o dono da infra-estrutura. A Presidente sublinhou o facto deve ter certamente a ver com uma opção pelo desporto ao ar livre. O Vereador deu conta de que noutros anos era hábito fazerem-se iniciativas nas piscinas, ao que a Presidente respondeu que as mesmas tinham muito pouca adesão, por serem espaços fechados, já que as pessoas nas Sanjoaninas preferem o ar livre e os desportos na rua. Sobre a GRATER a Presidente disse que iria recolher informação. -----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

Selos de Residente

Ent. 2590 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Miguel Baptista Tavares Carreiro, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

O Vereador Fernando Dias interveio dizendo que considerava que a entrada não se destina a uma autorização. Disse haver um problema de definição, a morada da carta de condução não coincidia. A Vereadora Raquel Silva disse que nestes casos, quando não coincide vai-se buscar o comprovativo. O Vereador retorquiu que tinha ficado com a ideia de que o pedido não era para autorização. A Presidente disse que a Vereadora Raquel Silva ia verificar a situação. A Vereadora Raquel Silva explicou que conforme se pode verificar na informação, a morada da carta de condução apresentava morada diferente da morada actual do requerente, mas que a 31 de Maio de 2011 foi entregue a alteração da morada da carta de condução, ficando o pedido em condições de ser deferido. -----

Ent. 2843 – Pedido de substituição de selo de residente, na sequência de extravio, efectuado por Jandirson Renato da Cruz Monteiro, para autorização do órgão executivo, nos termos dos artigos 11.º e 16.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei

n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Licença Especial de Ruído

Ent. 2837 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a festividades públicas, efectuado por João Lourenço de Lima Aguiar, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2836 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a festividades públicas, efectuado por Frank Azevedo Couto, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2736 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a actuação de DJ's, efectuado por Nicolau Manuel Ferreira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2844 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a realização de uma rave, efectuado pela Casa do Povo das Doze Ribeiras, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2800 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a realização de manifestações taurinas, efectuado pela Tertúlia Tauromáquica Terceirense, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2778 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada às Festas Sanjoaninas, efectuado pela Culturangra, E.E.M – Sanjoaninas 2011, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º

23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente e dos vereadores do PS e do vereador do CDS-PP e 3 abstenções dos vereadores do PSD, autorizou este pedido.** -----

O Vereador Anselmo Barcelos tomou a palavra dando início à sua intervenção dizendo que gosta muito das Sanjoaninas e que respeita muito os jovens, mas também os moradores daquela zona. Referiu que verificou que o horário, começa às vinte horas para acabar às cinco horas da madrugada. Nos dias 17, 18, 19, 21 e 22 terminam às quatro horas da madrugada, nos dias 23, 24 e 25 sem limite. Questionou a Presidente se não achava tal um pouco exagerado. Voltou a dizer que respeitava muito os jovens, mas que achava um exagero a festa terminar às quatro e cinco horas da madrugada a incomodar as pessoas que moram naquela zona, que no dia seguinte têm de se levantar para trabalhar. Interrogou se seria possível reduzir um pouco esse horário, apesar de reconhecer o investimento das Sanjoaninas. -----

A Presidente referiu a notícia que durante as Sanjoaninas os hotéis todos, tanto do concelho de Angra como também da Praia da Vitória, têm ocupações acima dos oitenta por cento, acrescentando que é das poucas ocasiões do ano em que se conseguem atingir ocupações desta natureza no concelho. A Presidente disse que é evidente que os moradores daquela zona têm uma altura mais complicada, mas que esta é uma altura muito importante para várias actividades económicas do concelho, constatando que é uma conciliação importante, afirmou ainda que têm tido cautelas em relação ao som que é produzido naquele espaço, designadamente o som que vai ser adoptado este ano não são colunas de projecção em alta, mas em baixa, para que a disseminação seja mais condicionada. Deu nota ainda que vão ser colocadas duas tendas em frente ao palco, o que disse ser outra forma de abafar o som, situação que também ajuda à venda de bilhetes, assegurando que os espectáculos ocorrem mesmo com chuva. O Vereador Anselmo Barcelos questionou se os espectáculos não acabavam todos às duas horas da madrugada. A Presidente referiu que ocorrerão as actuações dos DJ's depois dessa hora, em alguns dias. -----

O Vereador Alonso Miguel pediu para intervir sobre um outro relacionado com o mesmo tema. Começou por alegar desconhecimento dos preços praticados este ano pela Culturangra para o aluguer das tascas, afirmando que para quem faz o aluguer torna-se

complicado lidar com um ou dois dias de chuva. Considerou que o facto de se alargar o horário é complicado para os moradores, mas ajuda a que os arrendatários rentabilizem o seu investimento, concluindo que qualquer dia ninguém quer alugar tascas. -----

Em resposta, o Vereador Anselmo Barcelos afirmou que compreende todos os argumentos, mas reconhecendo que é difícil para aqueles moradores ouvir barulho até às cinco da manhã, sugerindo uma redução para as três da manhã, como exemplo. Disse ainda que compreende que estejam contra a sua opinião, mas notou que não gostaria de ser morador do Bailão durante o período das festas. A Vereadora Raquel Silva comparou a situação com a residência ao pé de um qualquer palco numa qualquer festa de freguesia. A Presidente acrescentou ainda que existem concertos até tarde em todas as freguesias, já que são dias de festa, dias excepcionais, que acontecem uma semana no ano. O Vereador Anselmo Barcelos lembrou o facto de serem todos os dias, o que levou a Presidente a dar nota que agora as festas decorrerão durante oito dias, mas que já foram dez. -----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra referindo que se trata de uma licença de ruído não sendo só para o Bailão, mas de toda a cidade. Deu como exemplo os carrosséis, normalmente situados na zona do Fanal, perguntando se os mesmos têm licença de ruído até às cinco horas da madrugada. A Presidente respondeu que depois são individualizadas as licenças, designadamente o carrossel tem uma licença específica. O Vereador questionou então sobre a licença do ruído, se não é a mesma que abrange esses equipamentos. -----

O Vereador Alonso Miguel constatou que o ruído só existe até à hora a que se estende a licença. A Presidente acrescentou ainda que as licenças dos carrosséis são normalmente até às duas horas da madrugada e que no centro da cidade as licenças funcionam num horário muito mais restrito, até à meia-noite, uma da manhã. Apenas no Bailão é que a festa se estende até mais tarde. -----

O Vereador Fernando Dias referiu que a licença é para toda a cidade e não só para o Bailão. A Presidente pediu ao Vereador que verificasse o programa em anexo e que os espectáculos que existem nos outros palcos não se estendem para além dessa hora. O Vereador anuiu, mas considerando que a licença de ruído deveria ser especificada por zonas. A Presidente informou o Vereador de que esta licença é igual à do ano passado.

O Vereador concordou que nos dias 23 e 24 a festa tem de acabar mais tarde, devido às marchas, mas que há dias em que não acabam às cinco horas, mas às cinco e vinte horas. -----

A Presidente questionou o Vereador sobre qual a sua proposta em concreto. O Vereador respondeu que poderiam encontrar uma forma de enquadrar melhor o horário das festas, referindo-se nomeadamente à hora do início da licença, ser às dez em vez de às nove. A Presidente retorquiu que essa é a hora do início das actividades. O Vereador falou do problema que se repete sempre quanto às queixas de ruído, ao que a Presidente questionou se haveria queixas de ruído às nove da manhã. O Vereador perguntou quais as actividades que às nove horas da manhã fazem barulho e que não vê justificação para isso no programa, referindo-se especificamente ao dia 17. A Presidente deu nota que o início das festas não é propriamente a sexta-feira, mas sim o sábado com o cortejo de abertura. As tascas é que começam a funcionar na sexta-feira, e é isso a que o programa se refere. -----

A Vereadora Raquel Silva interveio dizendo que só existem três dias em que as festas começam às nove da manhã, corrigindo depois. O Vereador Fernando Dias questionou sobre qual o problema de começar com a festa uma hora mais tarde. A Presidente dirigiu-se ao Vereador para afirmar que ninguém faz barulho por fazer, o pedido que foi feito pelas Sanjoaninas é feito em função das actividades que vão desenvolver. Indagou sobre as condições do senhor Vereador para votar o assunto no momento ou se o mesmo achava necessário que o assunto fosse mais esmiuçado, sugeriu que se pedisse à Comissão das Sanjoaninas para apresentar novo requerimento, justificando o porquê do início às nove horas. -----

O Vereador considerou ser necessário reflectir sobre o assunto e conciliar pelo número de queixosos na Assembleia Municipal todos os anos. A Presidente perguntou quantas é que são essas pessoas, dando nota dos que lá não vão e que estão satisfeitos, acrescentando que há inclusivé muitos moradores que ficaram muito tristes no ano em que as Sanjoaninas saíram do Bailão. O Vereador perguntou por números, referindo-se ao número dos queixosos. A Presidente anotou que o número de queixosos é invariável todos os anos e que uma licença de ruído significa uma autorização para que haja ruído.

O Vereador deu exemplo de haver música na Rua da Sé às nove da manhã. A Presidente informou que a Comissão das Sanjoaninas teve a cautela de este ano não haver música a todas as horas na Rua da Sé, havendo apenas na hora de almoço e ao final do dia, depois das seis da tarde, para não incomodar quem trabalha. Nota classificada por "muito bem" pelo Vereador Anselmo Barcelos. -----

A Presidente acrescentou que há um controlo nesta altura, especificando a presença da polícia, referindo a cautela e o rigor da Comissão das Sanjoaninas na produção de ruído. Referiu que as suas preocupações estavam relacionadas com a música durante o dia e o incómodo que ela constitui para quem trabalha ou vive no centro histórico. -----

Quanto ao Bailão lembrou que o palco está nesta zona há muito tempo, para ali serem feitos espectáculos musicais, o que implica ruído. Explicou que o que se terá de medir é a vontade de que as festas continuem a existir ou não. O Vereador Anselmo Barcelos interveio dizendo que não se trata disso, que todos querem as festas, mas que até às cinco da manhã é muito tempo. -----

A Vereadora Raquel Silva deu o exemplo das Festas da Praia e que na zona onde se realizam também existem casas. O Vereador Francisco Cota Rodrigues deu o exemplo das festas nas freguesias no Verão em que também se estendem até às três da manhã. A Vereadora Raquel Silva perguntou ao Vereador Anselmo Barcelos se queria as festas fora de Angra. O Vereador Anselmo Barcelos respondeu de que se trata apenas de uma redução de horas. A Presidente afirmou que concorda com o horário previsto, correndo o risco de enfrentar o descontentamento. O investimento nas Sanjoaninas e o retorno económico foram classificados como imprescindíveis na fase que se atravessa. -----

O Vereador Hugo Lourenço tomou a palavra referindo que havia contradição, que há barulho nas tascas e na Rua da Sé, como não há distinção entre as zonas pode haver barulho em todo o lado. -----

A Presidente referiu que é permitido fazer barulho dentro das normas. O Vereador Francisco Cota Rodrigues voltou a utilizar o exemplo das freguesias e a referir que a tolerância é diferente neste tipo de circunstâncias. O Vereador Anselmo Barcelos referiu o incentivo à animação no centro, à habitação e ao risco de as pessoas se retirarem. O Vereador Francisco Cota Rodrigues perguntou então aonde é que se fazem as festas. O

Vereador Anselmo Barcelos referiu os horários ilimitados como o problema. A Presidente disse que os dias ilimitados são feriados e fim-de-semana. O Vereador Hugo Lourenço referiu novamente o problema da não delimitação do ruído por zona. A Presidente disse que o barulho se centraliza no Bailão a partir de uma certa hora.-----

Ocupação da Via Pública

Ent. 2773 – Pedido de ocupação da via pública, efectuado por Octávio Filipe Soares dos Santos, destinada a festividades públicas, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2774 – Pedido de ocupação da via pública, efectuado pela Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, destinada a expor traços da cultura terceirense, no dia 22 de Junho de 2011, no Pátio da Alfândega, Rua da Esperança, Alto das Covas, Rua da Palha e Jardim Duque da Terceira, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Suspensão de Trânsito

Ent. 2731 – Pedido efectuado por Edmundo Adriano Pereira Mancebo, com vista à suspensão de trânsito, nos dias 12 e 13 de Junho de 2011, destinada à realização de festividades em honra do Divino Espírito Santo, no Caminho de Belém, freguesia da Terra Chã, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2739 – Pedido efectuado por Ângelo de Memos Silveira, com vista à suspensão de trânsito, nos dias 27 e 30 de Junho e de 2 a 8 de Julho de 2011, destinada à realização

de festividades em honra do Divino Espírito Santo, no Corpo Santo, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2749 – Pedido efectuado por José Areias Evangelho, com vista à suspensão de trânsito, nos dias 11 a 15 de Junho de 2011, destinada à realização de festividades em honra do Divino Espírito Santo, na Serra da Ribeirinha, freguesia da Ribeirinha, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2750 – Pedido efectuado por Francisco Alberto Tavares Rodrigues, com vista à suspensão de trânsito, nos dias 8 e de 10 a 13 de Junho de 2011, destinada à realização de festividades em honra do Divino Espírito Santo, no Outeiro, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2752 – Pedido efectuado por Telma de Jesus da Rocha Gonçalves, com vista à suspensão de trânsito, nos dias 9 a 13 de Junho de 2011, destinada à realização de festividades em honra do Divino Espírito Santo, na Rua do Conde da Praia da Vitória, freguesia de Santa Luzia, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2841 – Pedido efectuado por Culturangra, E.E.M – Sanjoaninas 2011, com vista à suspensão de trânsito, de 17 a 26 de Junho de 2011, destinada à realização das Festas Sanjoaninas, em diversos arruamentos da Cidade de Angra do Heroísmo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2858 – Pedido efectuado por Mário Jorge Batista Gonçalves, com vista à suspensão de trânsito, nos dias 11, 12 e 13 de Junho de 2011, destinada à realização de

festividades em honra do Divino Espírito Santo, no Terreiro, freguesia de São Mateus da Calheta, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 2859 – Pedido efectuado por Edgar Fernando Fisher Pimentel, com vista à suspensão de trânsito, nos dias 18 e 19 de Junho de 2011, destinada à realização de festividades em honra do Divino Espírito Santo, no Terreiro, freguesia de São Mateus da Calheta, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Perícia Automóvel Sanjoaninas 2011

Ent. 2476 – Pedido de licenciamento para a realização da Perícia Automóvel Sanjoaninas 2011, efectuado pelo Terceira Automóvel Clube, o qual terá lugar no dia 19 de Junho de 2011, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Prova Taça Ralis Além Mar Grupo Central dos Açores 2011- Rali Sprint Sanjoaninas 2011

Ent. 2296 – Pedido de licenciamento para a realização do Rali Sprint Sanjoaninas 2011, efectuado pelo Terceira Automóvel Clube, o qual terá lugar no dia 18 de Junho de 2011, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Cartão de Vendedor Ambulante

Ent. 2690 – Pedido de emissão de cartão de vendedor ambulante de bebidas e alimentos, efectuado por António Jorge da Costa Lemos, para autorização do órgão

executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Pedido de Isenção de taxas

Ent. 2782 – Pedido datado de 26 de Maio de 2011, efectuado pela Culturangra, E.E.M – Sanjoaninas 2011, solicitando a isenção das taxas devidas por diversos licenciamentos das Festas Sanjoaninas 2011, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as taxas em causa na sua totalidade.** -----

DELIBERAÇÕES URBANISMO

Projectos de Arquitectura

Processo n.º 01/2010/186 – Requerimento datado de 20 de Setembro de 2010, de **Davide Rocha Correia**, residente na Canada das Mercês, n.º 72, freguesia da Feteira, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto para construção de esplanada, no prédio sito na Canada das Mercês, n.º 72, freguesia da Feteira. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este projecto, nos termos dos pareceres técnicos.** -----

Processo n.º 13/2011/4 – Requerimento datado de 15 de Abril, do corrente ano, de **João Manuel Garcia da Costa e Carla Cristina Bento Ferreira Costa**, residente na Rua Pe. Joaquim Borges de Meneses, n.º 46, freguesia de São Bartolomeu, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto para construção de moradia, no prédio sito na Rua Pe. Joaquim Borges Meneses, freguesia de São Bartolomeu. Encontra-se munido de pareceres

favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este projecto, nos termos dos pareceres técnicos.** -----

Processo n.º 01/2011/63 – Requerimento datado de 15 de Março, do corrente ano, de **Sociedade Agro Pecuária Fábio e Tiago Pereira, Lda.**, sede na Canada das Mercês, freguesia da Feteira, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto para construção de um estábulo de apoio à actividade Agrícola, no prédio sito na Canada da Praia, freguesia da Feteira. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este projecto, nos termos dos pareceres técnicos.** -----

Licenciamentos

Processo n.º 01/2011/30 – Requerimento datado de 17 de Abril, do corrente ano, de **Cecília da Conceição Martins de Sousa Sales**, com residência na Canada do Rádio Clube de Angra, n.º 142, freguesia de Santa Luzia, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto para construção de moradia unifamiliar no prédio sito em E.R. N.º 2-1.^a – Pico Redondo, freguesia de São Bento. -----

Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.** -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Monitorização/verificação de térmitas no Concelho de Angra do Heroísmo

Ent. 2609 – Comunicação datada de 16 de Maio findo, do Grupo de Biodiversidade dos Açores, solicitando autorização para a montagem de duas armadilhas luminosas em local a indicar e autorização para utilizar a rede de iluminação pública e respectivo consumo de energia (cerca de 30 watts) para ligação das armadilhas com vista ao controlo e combate de térmitas no Concelho de Angra do Heroísmo. A gestão da rede de energia eléctrica constitui competência do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 2 alínea f) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Bailinhos de Carnaval que actuaram no Teatro Angrense – atribuição de apoio

Ent. 1550 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 2 do corrente para atribuição de um apoio financeiro, numa primeira fase, a 19 grupos de teatro popular que no carnaval 2011, actuaram no teatro Angrense, no valor individual de 430,27 (quatrocentos e trinta euros e vinte e sete cêntimos). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

A Presidente referiu que este valor corresponde à divisão da receita, que consta da proposta. A receita global bruta da venda de bilhetes no Teatro Angrense foi dividida pelos 37 bailinhos que participaram. Deu nota de que a Câmara resolveu não aguardar mais para que todos entregassem a documentação necessária. Pelo atraso de uns bailinhos estavam outros a ser prejudicados e resolveram trazer à discussão os 19 já em condições de serem deliberados. -----

Atribuição de apoio financeiro a atletas Individuais

Ent. 755 - Proposta da Presidente da Câmara, datada de 25 de Maio findo, propondo a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 1 000.00 (mil euros) a cada um dos nove

atletas identificados no quadro anexo à mesma proposta, através dos clubes que representam, bem como a não atribuição de apoio ao atleta identificado em 1.º lugar do mesmo quadro, em virtude de não reunir as condições para atribuição do mesmo apoio, nos termos do Regulamento de Atribuição de Subsídios a Colectividades Desportivas do Concelho de Angra do Heroísmo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta.** -----

O Vereador Fernando Dias interveio para reclamar a importância de incluir um enquadramento legal na atribuição deste subsídio. A Presidente respondeu que o enquadramento legal enquadra-se no apoio a clubes desportivos com vista a apoiar o atleta individual. -----

O Vereador Alonso Miguel perguntou se os atletas em questão estão ligados a algum clube. A Presidente respondeu afirmativamente, dando conta de que só assim é que podem receber apoios. O Vereador Alonso Miguel recordou o exemplo de um atleta, Pedro Bartolomeu. A Presidente disse que neste caso o atleta não estava ligado a um clube sediado na Ilha Terceira e no concelho de Angra e que existem também atletas ligados a clubes do Faial e de São Miguel mas que esses não podem beneficiar do apoio. -----

TERAMB, EEM – apreciação de minuta
de contrato programa

Ent. 2830 – Ofício n.º 36 datado de 27 de Maio findo, da Teramb, EEM – empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, remetendo para apreciação do órgão executivo municipal, nos termos conjugados da alínea b) do artigo 20.º e f) do n.º 1 do artigo 22.º dos respectivos estatutos, a minuta do contrato programa a celebrar entre os Municípios de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e a mesma empresa, que visa a criação das condições gerais para a cooperação técnica, operacional e financeira em acções consideradas de interesse pelas três entidades. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e vereadores do PS e 4 abstenções dos vereadores do PSD e do vereador do CDS-PP, aprovou a minuta do contrato programa em causa.** -----

A Presidente fez uma ressalva que há uma dotação de cinquenta mil euros, prevista para cada uma das Câmaras Municipais que decorre do contrato que foi celebrado entre

o Governo Regional e cada uma das câmaras municipais que visa financiar os estudos iniciais com vista à definição do tipo de tecnologia a utilizar no tratamento dos resíduos. Acrescentou que o contrato já foi assinado e que falta receber a verba. -----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra para informar da decisão de abstenção. Considerou que os termos da cláusula segunda deste contrato deveriam ser mais rigorosos. Acrescentou que a Teramb é a gestora dos resíduos sólidos dos dois concelhos, a empresa obriga-se a fazer o tratamento e a gestão dos resíduos sólidos, mediante operacionalidade e manutenção das infra-estruturas. -----

A Presidente confirmou que sim no que se refere à gestão dos resíduos e que o estatuto da empresa, aprovado por ambos os municípios, é que confere essa competência à Teramb. O que está em causa é definir com que equipamentos a Teramb vai operar, designadamente no Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira, quais os que ficam afectos à gestão da Teramb e quais os que se mantêm na gestão da câmara municipal, como é o caso do canil e dos Serviços Municipalizados. O Vereador Fernando Dias questionou se os armazéns também têm a ver com resíduos. A Presidente e o Vereador Francisco Cota Rodrigues responderam que não. O Vereador Fernando Dias referiu que o canil se encontra no perímetro, pedindo que houvesse mais pormenor no objectivo da Teramb, questionando de seguida o porquê do início a 1 de Fevereiro, já que a Teramb iniciou a 1 de Janeiro. A Presidente confirmou que foi a 1 de Fevereiro. -----

O Vereador Alonso Miguel perguntou se a Teramb garante algumas contrapartidas. A Presidente indicou que não garante contrapartidas financeiras, só obter bons resultados.

O Vereador Francisco Cota Rodrigues sublinhou que o contrato se destina ao tratamento e não à gestão e recolha. O Vereador Fernando Dias sublinhou que se trata do tratamento e da valorização energética e de destino final. O Vereador Cota Rodrigues deu nota de que no estatuto da Teramb consta a gestão da água, energias renováveis e outras áreas. Neste caso o que é mais prioritário, dado que o aterro sanitário é o principal problema que existe na ilha Terceira, é selar o aterro e arranjar uma tecnologia diferente o mais depressa possível. -----

Pedido de exploração do Parque de
Estacionamento do Bailão

Ent. 2744 – Ofício n.º 79, datado de 25 de Maio findo, da Comissão das Festas Sanjoaninas 2011, solicitando autorização para exploração do Parque de Estacionamento do Bailão como parque pago, no horário das 19h00 às 02h00, durante o período das festas. Este pedido consubstancia um apoio em espécie, à Culturangra - EEM, entidade que enquadra as festas, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelo que compete ao órgão executivo a sua apreciação. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Cedência de parcela de terreno sito na
Canada do João Lourenço – Altares

Ent. 5246 – Pedido apresentado por Laurinda Couto Sousa Maciel, a requerer que seja formalizada a escritura de cedência a favor do Município de Angra do Heroísmo de uma faixa de terreno a integrar na via pública com a área de 68 m², a desanexar do terreno sito na Canada do João Lourenço (Presas) Freguesia dos Altares, do qual é proprietária, para autorização, nos termos do disposto artigo 64.º, n.º1, alínea h) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, retirou o assunto em causa, para apreciação numa próxima reunião.** -----

Vacatura do lote n.º 58-A e atribuição
do direito de superfície do lote n.º 20
ambos do Parque Industrial

Ent. 6422 – Informação da Subunidade de Contratação Pública e Gestão Patrimonial bem como da Directora do Departamento de Valorização e Gestão de Recursos no sentido de o órgão executivo proferir decisão final sobre a vacatura do lote n.º 58-A do Parque Industrial, na sequência da realização de audiência escrita à empresa Naviangra, bem como sobre a atribuição do direito de superfície à empresa Mega Loja Borja Reis relativamente ao lote n.º 20 do mesmo Parque Industrial, nos termos do artigo

64.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou revogar definitivamente a atribuição do lote n.º 58-A à Naviangra, considerando o mesmo vago. Mais deliberou o órgão executivo municipal confirmar a manutenção do lote n.º 20 à Mega Loja Borja Reis.** -----

A vereadora Raquel Silva ausentou-se durante a votação, em virtude de se encontrar impedida, nos termos do artigo 44.º do CPA - Código do Procedimento Administrativo. -----

Minuta de protocolo a celebrar entre o
Município e a Associação dos Amigos
dos Animais da Ilha Terceira

Ent. 1468 - Ofício datado de 20 de Março último, da Associação dos Amigos dos Animais da Ilha Terceira, no sentido de ser celebrado protocolo com aquela associação. É acompanhado de minuta de protocolo, do qual consta o valor do apoio a atribuir de € 6 000,00 (seis mil euros), para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta do protocolo em causa.** -----

Minuta de protocolo de colaboração
a celebrar entre o Município e a
RTP-Rádio Televisão Portuguesa SA

Ent. 721 e 795 – Novamente presente a minuta de protocolo no sentido de celebrar um convénio de colaboração entre o Município de Angra do Heroísmo e a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A, acompanhado de parecer jurídico do Dr. Carlos Farinha, assim como da avaliação do imóvel e terrenos, conforme preconizado no mesmo parecer jurídico, para apreciação do órgão executivo municipal, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos vereadores do PS e dos vereadores do PSD e 1 abstenção do vereador do CDS-PP, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta do protocolo em causa.** -----

O Vereador Alonso Miguel tomou a palavra para apresentar uma proposta para discussão. -----

A Presidente recordou que esta proposta de protocolo foi apresentada pela primeira vez em reunião de Câmara há um ano, anotou que foi pedido para se retirar essa proposta na sequência de um parecer jurídico sobre a legalidade da concessão de um apoio, neste caso a cedência de instalações, à RTP-Açores para reinstalar os seus serviços. Disse que o parecer jurídico foi pedido e entregue aos senhores Vereadores. Do parecer jurídico constava o entendimento de que devia ser solicitada uma avaliação ao imóvel para deliberar se a competência de cedência desse imóvel era da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal. De acordo com a avaliação feita e já presente a reunião de câmara, referiu que se trata de uma competência da Assembleia Municipal, mas no último mês e meio o protocolo já veio três vezes a reunião de câmara e por três vezes foi pedido para ser retirado. Acrescentou que esta proposta, do CDS-PP, consubstancia um novo adiamento para que se ouvir outros órgãos de comunicação social privados para quantificar o apoio a atribuir, por uma questão de igualdade. -----

A Presidente deu nota de que um tem dever de serviço público e os outros não e que a câmara está impedida de contratar esses apoios aos privados, só pode contratar serviços, sublinhando que o enquadramento legal é esse. Continuou dizendo que é ilegal que uma entidade pública atribua qualquer apoio financeiro ou de outra espécie a qualquer órgão de comunicação social. Especificou que se pode contratar publicidade, mas que isso é apenas um serviço. -----

O Vereador Fernando Dias pediu um esclarecimento ao Vereador Alonso Miguel, perguntando se a proposta do mesmo é que a Câmara preste apoio a todos os órgãos de comunicação social privados. -----

O Vereador Alonso Miguel explicou que consideram que os meios de comunicação social estão a passar por uma fase difícil, alguns mesmo ameaçando fecho de portas. A Presidente afirmou que há muitas empresas na mesma situação. A Vereadora Raquel Silva interveio dizendo que há prestações de serviços que a Câmara faz com esses órgãos de comunicação que decorrem de obrigações legais, como publicações de

alvarás ou cortes de trânsito. Referiu ainda que não há um estudo sobre a frequência das publicações e que a escolha está relacionada com o preço mais baixo. -----

Os Vereadores discutem a possibilidade de votar ou não a proposta. O Vereador Francisco Cota Rodrigues referiu a ilegalidade do objecto da proposta. O Vereador Fernando Dias sugeriu a revisão da proposta para apresentação numa outra reunião. A Presidente referiu que tinha percebido inicialmente que era uma proposta de alteração ao protocolo, propondo a possibilidade de incluir a proposta para votação. O Vereador Alonso Miguel respondeu que seria melhor deixar para uma próxima reunião e disse estar em condições de votar a proposta inicial-----

O Vereador Fernando Dias interveio afirmando a importância da proposta, que o que está em causa são as condições para a RTP prestar um serviço público. Disse que se devem empenhar para que a RTP e a sua delegação se mantenham no concelho, lembrando que no início da instalação da RTP nos Açores, em que a sede foi para São Miguel por causa de divergências profundas existentes na Terceira, situação, disse, não querer que se repita. Voltou a referir a importância da proposta, e o valor acrescentado que a presença da RTP traz ao concelho. -----

A Presidente saudou as palavras do Vereador, dizendo que noutra reunião de Câmara fez exactamente os mesmos alertas. A Presidente recordou, ainda, o papel fundamental que a RTP-Açores teve no sismo de 1980 e não só nesta circunstância, mas também na promoção da ilha e do concelho. Deu nota ainda de que o que importa é que a RTP faça não mais, mas o que é obrigada a fazer, com plenas condições para tal. O Vereador Fernando Dias interveio para saber se a proposta do CDS-PP foi retirada. O Vereador Alonso respondeu que sim, que será reavaliada para voltar a ser discutida numa próxima reunião. -----

Empreitada de Reabilitação e Criação
de arruamentos no Concelho de Angra
do Heroísmo – pacote 3 – 2008

Ent. 323 – Presente a minuta do contrato respeitante à Empreitada de Obras Públicas para “Reabilitação e Criação de Arruamentos no concelho de Angra do Heroísmo – pacote 3 -2008”, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 98.º

do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 29 de Janeiro, pela Lei n.º 2/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a minuta do contrato em causa. -----**

A Presidente disse que o que estava em discussão seria a minuta do contrato da empreitada, já adjudicada à empresa Tecnovia, no valor de um milhão e duzentos mil euros, aproximadamente, que contempla uma lista bastante substancial de arruamentos no concelho e agora o que se submete é a aprovação da minuta de contrato com vista à sua remessa ao Tribunal de Contas para visto. -----

O Vereador Fernando Dias interveio para falar sobre a indicação dos números da minuta. A Presidente questionou o Vereador sobre o conteúdo das indicações e se o mesmo estava em condições de votar. O Vereador respondeu afirmativamente. -----

A Vereadora Raquel Silva ausentou-se da sala. -----

Loteamento Camarário

Ent. 3720 – Proposta do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, para aprovação e posterior discussão pública, de um projecto de loteamento camarário, a levar a efeito na Rua do Sobreiro, ao Terreiro, freguesia do Posto Santo, nos termos do disposto na alínea d), n.º 7, do artigo 64.º da Lei da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. O presente loteamento foi elaborado na sequência de pedido de cedência do terreno pela Freguesia do Posto Santo. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor da Presidente, do vereador do PS e dos vereadores do PSD e 1 abstenção do vereador do CDS-PP deliberou aprovar esta proposta. -----**
A vereadora Raquel Silva ausentou-se durante a votação, em virtude de se encontrar impedida, nos termos do artigo 44.º do CPA - Código do Procedimento Administrativo. -----

A Presidente perguntou aos Vereadores se estavam a par do processo. -----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra para indicar que tinha dúvidas sobre se o pedido de cedência teria sido feito pela Freguesia do Posto Santo ou pelo Centro Comunitário do Posto Santo. A Presidente afirmou que foi pelo Centro Comunitário,

referindo a carta anexa e o protocolo de cedência. O Vereador Fernando Dias perguntou se a cedência seria definitiva ou temporária. A Presidente deu conta de que é definitiva e que o protocolo de cedência foi aprovado em 2009, esclarecendo que o que está em discussão é o loteamento, a concretização formal de uma questão que fisicamente já existe. -----

Habitação Social – Rendas Sociais

Ent. 2357 – Pedido de **João Leonel Rocha Pacheco**, de 9 de Maio de 2011, solicitando a actualização do processo de arrendamento social na sequência de falecimento do cônjuge. Por força do artigo 64.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 169/99 99 alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o reajustamento do valor da renda social de 4,65€ para 5,60€, atento à situação familiar, a qual tem enquadramento no Decreto-Lei n.º 169/93, de 7 de Maio. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

A Presidente informou que não ia ler os nomes dos requerentes, por se tratar de uma reunião pública e gravada. -----

O Vereador Alonso Miguel pediu um esclarecimento, anotou que o pedido vem na sequência do falecimento de um cônjuge e questionando o aumento da renda. A Presidente disse que o cônjuge não devia ter rendimentos e agora passa a ter a capitação só por um, enquanto antes era por dois. O Vereador questiona sobre o sentido dessa situação. A Presidente respondeu que faz sentido porque diminui os custos do casal, que passam a ser unitários. Se fosse um casal em que o que sobreviveu não tivesse rendimentos a situação era ao contrário, anotando que provavelmente foi o que não tinha rendimentos que faleceu. -----

Ent. 2408 – Pedido de **Maria Nélia Teodoro da Silva Pires**, de 12 de Maio de 2011, solicitando actualização do processo de arrendamento social na sequência da alteração da situação familiar. Por força do artigo 64.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 169/99 99 alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o reajustamento do valor da renda social de 132 € para 100 €, atento à situação familiar, a qual tem enquadramento no Decreto-Lei n.º 169/93, de 7 de Maio.

A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido. -----

A Presidente deu nota de que esta situação é inversa da entrada anterior. -----

Cartão Municipal do Idoso

Ent. 2849 - Relação do Gabinete de Desenvolvimento Económico, Humano e Social relativa a pedidos de emissão de cartões municipais do idoso, destinados aos seguintes munícipes: Maria de Lurdes Cota da Silva, Manuel Hilberto Medeiros Godinho, Maria Armada Fernandes da Rocha, José Barcelos da Cunha Parreira, Fernando Henrique Borges da Silva; para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a emissão dos cartões em causa.** -----

A Presidente, por ter de se ausentar no último ponto, pediu aos Vereadores para votarem primeiro os assuntos fora da agenda. Os Vereadores presentes concordaram. --

Pedidos de pareceres prévios –
Consultadoria Técnica

Ent 812 - Pedido de parecer prévio da Presidente da Câmara Municipal, datado de 6 de Junho corrente, relativamente à contratação da SÉRVULO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL, para a prestação de serviços de apoio técnico-jurídico com vista à abertura e acompanhamento do procedimento concursal público de Conceção, Construção e Exploração de Parques de Estacionamento Subterrâneos e Instalação de Parquímetros no Domínio Público, nos termos do artigo 22.º, n.º 4, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços em causa.** -----

Ent 813 - Pedido de parecer prévio da Presidente da Câmara Municipal, datado de 6 de Junho corrente, relativamente à contratação da SÉRVULO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL, para a prestação de serviços de apoio técnico-jurídico com vista à abertura e acompanhamento do procedimento concursal público de

Concepção e Construção do Mercado Municipal Duque de Bragança, nos termos do artigo 22.º, n.º 4, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011). - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços em causa.** -----

Voto de Louvor

Ent. 811 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 6 de Junho corrente, com vista a atribuição de um Voto de Louvor ao Terceira Basket Club, pelo facto de ter-se sagrado Campeão do Campeonato Nacional da PROLIGA 2010/2011. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a atribuição do voto em causa.** -----

Parecer Jurídico sobre o Regime
das Incompatibilidades e Impedimentos
de Presidente da Câmara

Ent. 2840 - Parecer jurídico exarado pela Sociedade de Advogados Paz Ferreira e Associados RL sobre a aplicação do Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos de Cargos políticos e Altos Cargos Públicos aos procedimentos de aluguer de carrinhas e camiões e fornecimento de inertes por João de Freitas Cardoso, para conhecimento do órgão executivo, no seguimento de ter sido deliberado em reunião camarária datada de 14.03.2011, solicitar o mesmo parecer a entidade externa. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

A Presidente da Câmara ausentou-se da reunião no momento da discussão deste assunto, em virtude de se encontrar impedida, nos termos do art.º 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo. -----

O Vereador Francisco Cota Rodrigues referiu que o parecer comporta trinta e três páginas, pelo que deu nota de que iria ler as questões postas e as conclusões. -----

Referiu que o parecer vem no seguimento de outros dois, que já foram apresentados, um pela empresa Uría Menéndez-Proença de Carvalho um escritório de advogados e outro um relatório enviado pela Inspeção Administrativa Regional. Disse que ambos os pareceres são sensivelmente coincidentes com o que agora está em discussão. Referiu que este foi o último parecer recebido sobre o assunto. -----

O Vereador Francisco Cota Rodrigues deu a discussão dos assuntos da agenda como terminada. -----

Após ter regressado à sala a Presidente leu a minuta das deliberações, que foi aprovada por unanimidade, tendo-se passado para o período referente à intervenção do público. --

Período de Intervenção do Público

A Presidente deu início ao período de intervenção do público com o assunto da Escola de Santa Bárbara, que já fora levantado pelo Vereador Alonso Miguel. -----

Depois de referir que o habitual é passar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, pediu para fazer primeiro as explicações para passar então às questões que o público pretendesse apresentar. -----

O Vereador Alonso Miguel contextualizou novamente a situação da Escola de Santa Bárbara, começando por recordar que em Março de 2010, através de uma publicação em Diário da República a Câmara considerava a escola prioritária e que depois o Governo Regional deixou de considerar a construção da escola uma prioridade. O Vereador afirmou que têm de ser dadas respostas. Se a Câmara vai ou não construir a escola, já que é dona da obra, se o Polidesportivo avança ou não e, ainda, se há lugar a indemnização do empreiteiro, uma vez que a obra já foi adjudicada. Referiu, ainda, a situação dos fundos comunitários, questionando em que ponto é que se encontra o processo de candidatura e, se no caso de esta ter avançado, se também há lugar a indemnização. -----

A Presidente começou por abordar o assunto da Escola de Santa Bárbara, desde o início até há actualidade com detalhe e sublinhou que sobre esta matéria já foram proferidas muitas declarações por muitos agentes políticos, justificando o seu esclarecimento pormenorizado. -----

Começou por recordar que em finais de 2006, ainda era Presidente da Câmara Municipal o Senhor José Pedro Cardoso e o Secretário da Educação o Professor Álamo Meneses, foi promovida uma avaliação ao parque escolar do Concelho e chegaram a algumas conclusões, uma das quais, que era necessário proceder a alguns investimentos em Angra, designadamente na Escola de São Mateus, de São Bartolomeu, Alto das Covas, construir uma escola nova na Ribeirinha e outra em Santa Bárbara. A Presidente fez um enquadramento prévio, explicando que as câmaras municipais são competentes para a construção e manutenção das escolas do primeiro ciclo. Acrescentou que a Escola de Santa Bárbara nos termos do que o Governo Regional propôs à Câmara Municipal, seria não só uma escola de primeiro ciclo, mas

também de segundo ciclo, contemplando, para além do pré-escolar e primeiro ciclo, o segundo ciclo e um equipamento desportivo. -----

A Presidente referiu que foi definido pelo Governo Regional, como é habitual em escolas novas, todo o programa funcional, número de salas de primeiro ciclo, de segundo, laboratório, biblioteca, salas de apoio a professores, salas de artes e salas de áreas complementares. Todas estas características e esta definição, continuou a explicar, foram feitas pela Secretaria Regional da Educação, como sempre acontece nestas circunstâncias, notou. -----

Informou ainda que em todos os equipamentos novos a Secretaria define as condições, principalmente tratando-se de uma escola que contempla o segundo ciclo, sublinhou, o que implica uma competência exclusiva ao nível do financiamento e construção por parte do Governo Regional. -----

A Presidente continuou a sua explicação com o seguimento do processo pela Câmara Municipal, já no seu mandato, à semelhança do que tinha sido acordado entre o Senhor José Pedro Cardoso e o Professor Álamo Meneses. A Presidente deu nota de que os processos seguiram sempre “a par e passo”, tendo sido apresentados ambos publicamente, um na Ribeirinha e outro em Santa Bárbara, com a presença da Câmara Municipal e do Governo Regional. Recordou que foi também aberto o concurso público em simultâneo, que as adjudicações decorreram em simultâneo, em reunião de Câmara, cada uma pelo seu respectivo valor, a de Santa Bárbara naturalmente mais dispendiosa, porque incluía segundo ciclo. Foi adjudicada a Escola da Ribeirinha, prosseguiu, porque era uma candidatura exclusiva da Câmara Municipal, que se candidatou a fundos comunitários, avançando com a obra. -----

A Presidente voltou à questão da Escola de Santa Bárbara, dizendo que houve uma necessidade de definir, já no tempo do Senhor José Pedro Cardoso e do Professor Álamo Meneses, a repartição de custos. Apontou de seguida que os custos seriam repartidos da seguinte forma: do global de cinco milhões de euros, dezoito por cento eram assegurados pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e oitenta e dois por cento pelo Governo Regional. Havia que definir então, em função desta repartição de custos, quem procedia à candidatura aos fundos comunitários. Numa fase inicial, estava a ser avaliada a possibilidade de ser a Secretaria, em função de ter a maioria do custo associado à infra-estrutura, depois pensou-se na possibilidade de ser a Câmara Municipal, uma vez que era efectivamente a dona da obra e acabou por se decidir que seria repartido pelas duas entidades, cada um avançava com a sua candidatura, relativa aos custos que competia a cada uma das partes, concluiu -----

Por outro lado, a Presidente referiu ter-se reunido em 2010 com a Senhora Secretária Lina Mendes, que na altura entendeu que a repartição de custos não era muito justa, tendo de ser reavaliada de forma a ser mais equitativa, assumindo assim a Câmara Municipal cinquenta por cento dos custos e a Secretaria Regional os outros cinquenta por cento. -----

A Presidente recordou aos senhores Vereadores de que no Plano de 2011 a Câmara Municipal voltou a abrir simbolicamente aquela rubrica no seu orçamento, aguardando a definição por parte da Secretaria, na possibilidade de enquadramento no Orçamento Regional. Não foi possível fazer inclusão de imediato no Orçamento de 2011, por parte do Governo Regional e na sequência do Conselho de Governo, que decorreu em Angra do Heroísmo, foi acordado com o Senhor Presidente do Governo e com a Senhora Secretária que iram avaliar a possibilidade de faseamento daquela empreitada, entretanto a Senhora Secretária foi substituída e foi nomeada a Dr.^a Cláudia Cardoso, que tomou posse em Fevereiro. -----

A Presidente afirmou de seguida que a reunião, sobre o possível faseamento da empreitada, não chegou a ter lugar conforme o inicialmente previsto. A reunião teve lugar já com a actual Secretária, altura em que a mesma informa a Presidente e a Senhora Vereadora de que estava a reavaliar a carta educativa e que portanto daria uma informação brevemente sobre a matéria. -----

A Presidente recordou as declarações do Dr. Artur Lima, do CDS-PP, sobre se a escola avançaria ou não, questões respondidas pela Senhora Secretária que disse não haver compromisso do Governo na concretização desta empreitada, afirmações corrigidas mais tarde pela mesma, anota a Presidente, de que afinal a escola não é prioritária. Foi formalmente pedido um esclarecimento à Senhora Secretária, na sequência de uma proposta apresentada em reunião de Câmara, sobre as declarações que a mesma tinha proferido na Comunicação Social, e a Senhora Secretária deu a informação distribuída na ocasião aos senhores Vereadores pela Presidente. -----

O entendimento actual da Senhora Secretária é de que esta escola, nos termos em que está projectada e adjudicada, não é prioritária, referiu a Presidente é o que está textualmente dito. No seguimento das questões colocadas, a Presidente disse querer esclarecer que não há nenhuma escola, em lugar nenhum das Região, cujo processo de construção não seja conduzido pela Secretaria Regional da Educação, e que a mesma tem a tutela sobre o funcionamento das escolas e que às Câmaras Municipais compete construir e manter os equipamentos de primeiro ciclo. -----

A Presidente afirmou que não compete às câmaras decidir sobre a construção e sobre os termos da construção, muito menos numa circunstância em que se fala do encerramento de três escolas: Santa Bárbara, Cinco Ribeiras e Doze Ribeiras, incluindo crianças da Serreta, escola que já fechou. A competência de encerramento das escolas é também da Secretaria Regional da Educação, afirmou. Todo este processo foi dirigido pela Secretaria e a Câmara Municipal concordou com essa decisão. A Presidente disse que entendia e continua a entender que é vantajoso para as crianças de Santa Bárbara, das Doze e Cinco Ribeiras terem um novo equipamento do primeiro ciclo único, porque só assim conseguem ter uma sala por ano. Esta questão que nunca foi pacífica, disse a Presidente, acrescentando que foi uma questão que quer os deputados municipais do Partido Socialista, quer os Vereadores do mesmo partido ao longo dos anos defenderam, mas não foi consensual com outros partidos, lembrando a questão da votação da Carta Educativa, porque os outros partidos não concordavam com o encerramento das escolas nas outras freguesias, nas Doze e Cinco Ribeiras essencialmente. Concluiu que entende e a importância deste assunto. -----

A Presidente depois de recordar a informação da Senhora Secretária de que este investimento, nos termos em que existe, não é prioritário, disse que continua a entender que é prioritário o investimento num equipamento de primeiro ciclo, em Santa Bárbara, que dê resposta às necessidades destas quatro freguesias e que é prioritária nos termos que foi inclusivamente acordado com instituições terceiras, dando como exemplo, a Casa de Povo de Santa Bárbara que concordou com a permuta dos terrenos e que tem neste momento parte deste compromisso em execução referente ao Centro Intergeracional, que está em curso e que implica a construção de um ATL e de um Centro de Dia para idosos. O equipamento faz todo o sentido, porque não existe mais nenhum ATL nas freguesias das Doze Ribeiras, das Cinco Ribeiras e Serreta, classificando o equipamento como privilegiado, pelas condições que oferece aos pais e às crianças, no acompanhamento pós-escolar, factor que a Presidente considerou ser determinante para a fixação da população no Concelho. A Presidente afirmou que foi sempre isso que defendeu e que continua a defender. Mais do que ter uma escola por freguesia, considerou que o que interessa que os pais destas freguesias tenham condições para ir trabalhar, deixar os seus filhos num equipamento de primeiro ciclo de qualidade e com acompanhamento em horário pós-escolar. -----

Neste sentido, a Presidente afirmou que a única coisa que pode ser prescindível no projecto é o segundo ciclo, porque para ter uma turma de quinto e sexto ano não será possível ter um núcleo de professores fixo na freguesia de Santa Bárbara, obrigando à

deslocação de professores da Escola Tomás de Borba, uma hora por dia, facto que diz encarecer o funcionamento da escola. -----

A Presidente disse entender que é fundamental a criação de um equipamento escolar de primeiro ciclo e por isso mesmo formulou esta proposta ao Governo Regional, que de momento está a avaliar a possibilidade de reformulação do projecto para primeiro ciclo com equipamento desportivo. Continuou dizendo que agora é necessário esperar pela resposta do Governo Regional, mas que independentemente da decisão, o que é de competência da Câmara será sempre assegurado. -----

Quanto ao primeiro ciclo, a Presidente avançou que se o Governo Regional entender que não se deve avançar para a construção, será necessário avançar para a reabilitação e modernização dos equipamentos existentes. -----

A Presidente perguntou ao Vereador Alonso Miguel se tinha respondido a todas as questões colocadas, sendo que o mesmo pediu apenas esclarecimentos sobre a adjudicação da obra.-----

A Presidente respondeu que a obra já foi adjudicada mas que o contrato ainda não foi assinado. O Vereador Alonso Miguel perguntou se existe direito à indemnização. -----

A Presidente anotou que o empreiteiro pode pedir uma indemnização por expectativas criadas, ou por custos de concurso, conforme o previsto na lei. Deu nota ainda que a Câmara Municipal agiu em todo este processo de boa fé, adjudicando em paralelo, na mesma reunião de Câmara, as obras da Escola da Ribeirinha e de Santa Bárbara, por haver o entendimento de que eram ambas prioritárias para o concelho, sublinhando a afectação de grande parte dos fundos comunitários à construção destes dois equipamentos escolares. Voltou a apontar de que não são decisões exclusivas da competência da Câmara e que estas diligências foram entregues em memorando escrito aos Senhores Vereadores. -----

Foi dada a palavra ao Vereador Anselmo Barcelos que colocou uma questão relacionada com a assinatura de um contrato. A Presidente respondeu que não houve assinatura de contrato, justificando que tal só aconteceria quando a Câmara Municipal tivesse garantia do financiamento por parte do Governo Regional, sob pena de neste momento, se o contrato estivesse assinado, a situação ser mais complicada. O Vereador Alonso Miguel interveio para questionar sobre a situação das candidaturas a fundos comunitários. A Presidente respondeu que não chegou a haver candidatura, porque a mesma só faria sentido quando o Governo Regional estivesse em condições de avançar com a sua parte da candidatura. -----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra para confirmar se a Presidente tinha dito que a empreitada não tinha sido adjudicada. A Presidente afirmou que já havia dito que a empreitada foi adjudicada no mesmo dia que a da Escola da Ribeirinha, mas que o contrato não foi assinado. O Vereador questionou se poderão haver custos, no caso de a obra não avançar. A Presidente respondeu afirmativamente, que pode haver alguns custos. O Vereador referiu que a obra foi adjudicada em 4 de Janeiro de 2010, facto confirmado pela Presidente, que acrescentou que foi no mesmo dia e na mesma reunião de Câmara que foi adjudicada a escola da Ribeirinha. -----

A Presidente, antes de passar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, fez referência ao apoio da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, ao longo deste processo, dando conta que a Junta tem colaborado com a Câmara Municipal a todos os níveis e que o contrário também tem acontecido. Considerou que tem sido feita uma conciliação muito frutuosa dos investimentos a realizar na freguesia, quer ao nível da rede viária, quer ao nível da iluminação pública, de todo um conjunto de investimentos. Deu conta de que a Junta de Freguesia traz à Câmara Municipal todas as preocupações dos munícipes e associações, referindo que considera que a câmara tem dado bom acolhimento aos problemas colocados. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, Hélio Manuel Melo Vieira, que após saudação, referiu que de alguma forma já tinham sido introduzidos os assuntos que o mesmo trazia para discussão. Afirmou que desde o início que se tem feito um esforço para avançar com vários projectos, nomeadamente o da escola e outros como o da electrificação, que ainda está em curso. Referiu a continuidade das obras nos arruamentos camarários, que considerou fazerem muita falta à freguesia, referenciando alguns exemplos, como a iluminação da zona do Outeiro. O Presidente referiu ainda que não foi possível concluir o troço que existe entre a Ermida da Nossa Senhora da Ajuda e a Zona de Lazer, que era para ter sido asfaltado mas não foi porque a empresa não teve disponibilidade para executar este projecto, fazendo referência a que o assunto já foi discutido em Assembleia de Freguesia, e que espera que o projecto seja concretizado, fazendo ressalva a que este não é um assunto camarário, mas da freguesia e um projecto do Governo Regional. -----

Interveio de seguida um cidadão não identificado, que após saudação, referiu que a Junta de Freguesia nunca esteve alheia ao processo da Escola de Santa Bárbara. Referiu a presença em reuniões de câmara, rematando que não desistem, não abdicam nem perdem a esperança, mostrando a posição, que notou ser sempre civilizada, apesar da polémica, da construção da escola e do polidesportivo, revelando disponibilidade

para diálogo tanto com a Secretaria como com a Câmara, fazendo valer a posição de quererem a concretização da escola. -----

A Presidente prestou de seguida informações sobre o pacote de estradas, aprovado na minuta de contrato que vai para Tribunal de Contas, referindo que está incluída a asfaltagem da Canada do Morgado e ainda a asfaltagem do Escampador, referindo a importância do mesmo para os habitantes, como alternativa à ligação à estrada regional. Para além disso, a Presidente informou que já está a ser feito o projecto de levantamento, com vista à asfaltagem do Largo do Posto do Leite e referiu o trabalho em conjunto com a Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos, em colaboração também com a Junta de Freguesia, no sentido de se proceder às obras de reabilitação da Estrada Regional, para a colocação de ligação subterrânea para iluminação. A Presidente classificou estas iniciativas como importantes, dando exemplo da aprovação do projecto de base do Centro Interpretativo de Serra de Santa de Santa Bárbara, com a execução dos projectos de especialidade pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, dando conta que o mesmo contempla um centro de informação e de recepção do Parque Natural da Ilha Terceira. A Presidente sublinhou o trabalho feito no Centro Interpretativo, da responsabilidade da Casa do Povo, que conta com financiamento da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, dando ênfase à importância do equipamento, considerando-o fundamental. -----

Tomou de seguida a palavra o Senhor José Henriques, para dar conta da sua opinião em relação à situação da escola, considerando que a Senhora Secretária da Educação agiu de má fé em relação a este assunto, perguntando de seguida se caso não se consiga fazer o primeiro ciclo, se a escola não avança. -----

A Presidente deu conta do seu descontentamento com a situação pela palavra dada num compromisso de várias partes. Disse entender ser necessário esgotar todas as possibilidades, sendo que a segunda melhor hipótese é a construção de uma escola de primeiro ciclo e de equipamento desportivo, hipótese que está a ser apreciada pelo Governo Regional, considerando que esta seria uma boa solução para Santa Bárbara. No caso de a situação não se verificar, a Câmara Municipal tem de assumir as suas competências exclusivas, como o eventual melhoramento dos três equipamentos escolares e a construção de um pavilhão, como estava previsto no projecto. Referiu a necessidade da intervenção camarária ter que coincidir com as políticas educativas do Governo Regional. -----

Tomou a palavra de seguida a Senhora Graça Silveira, que se dirigiu à Presidente para confirmar a explicação dada do processo da Escola de Santa Bárbara e saber da competência para decidir sobre a construção de uma escola, questionando a Presidente sobre a promessa de construção, se a mesma não seria da competência exclusiva da autarquia.-----

A Presidente voltou a referir que não há construção de equipamentos escolares novos, em qualquer concelho da Região, principalmente de segundo ciclo, cuja competência, a nível de financiamento ou de construção, seja exclusivamente da Câmara Municipal. Deu nota, ainda, do compromisso assumido em conjunto pela autarquia e pelo Governo. Depois de uma intervenção de um cidadão, o Vereador Francisco Cota Rodrigues pediu que não houvessem interrupções. -----

A Presidente prosseguiu relembrando a última reunião pública em Santa Bárbara e algumas intervenções que ocorreram na mesma, pedindo que o mesmo não se repetisse, para que as questões fossem postas e respondidas normalmente. -----

Voltando à questão posta pela Senhora Graça Silveira, a Presidente recordou que as apresentações das escolas da Ribeirinha e Santa Bárbara decorreram com a presença do Governo Regional e de que as mesmas foram uma decisão conjunta das duas entidades. Sublinhou a total transparência dos acontecimentos, fazendo referência a que a situação não é inédita e que resulta da reavaliação do Governo aos equipamentos escolares, que remodelou os projectos da Calheta, por exemplo. A Presidente afirmou que há compromisso mas que há legitimidade em fazerem-se ajustamentos, pelas razões já enunciadas. -----

A Presidente deu nota de que sem o aval do Governo Regional, a Câmara não teria avançado para a abertura de um concurso público no valor de cinco milhões de euros, acrescentando que a Câmara por si só nunca poderia financiar um investimento deste valor. Fez ainda referência de que há documentos que provam o compromisso financeiro do Governo Regional em oitenta e dois por cento dos custos. A Presidente fez referência à actual conjuntura económica e à necessidade de reavaliação por parte do Governo, apontando novamente a hipótese de construção de uma escola de primeiro ciclo, com equipamento desportivo. Deu nota ainda ao trabalho do Barbarensense, que tem incentivado a prática desportiva, requerendo portanto um espaço para a prática desportiva que responda às necessidades da freguesia e das imediações. -----

A Presidente passou a palavra ao Senhor Délio Dias, que disse fazer parte da Assembleia de Freguesia, afirmando de seguida que a Câmara Municipal e o Governo Regional se esquecem um pouco daquele lado da ilha, e que esta situação é uma prova

disso mesmo. Lamentou a situação da escola e sublinhou a importância da construção de um pavilhão desportivo para a prática de Futsal e de outras modalidades para Santa Bárbara e para as freguesias vizinhas. Disse ter feito um requerimento à Junta sobre a correspondência entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, em relação à escola, acrescentando que ainda não obteve resposta. Afirmou que o Presidente da Junta não deu conta de todos os pormenores sobre os contactos e conteúdo das reuniões que manteve em relação ao processo da escola. Fez ainda referência à colocação da primeira pedra no terreno da escola pelo Governo Regional. -----

A Presidente respondeu que não foi colocada nenhuma pedra no terreno da escola de Santa Bárbara. Quanto à permuta de terrenos, a Presidente considerou que foi uma boa decisão tomada pela Casa de Povo de Santa Bárbara, dizendo que é prova disso o investimento de um milhão de euros que está a ser feito na freguesia, para construção de um espaço de apoio social, que afirmou ser muito determinante para a freguesia. -----

No que diz respeito ao pavilhão desportivo, a Presidente disse já ter afirmado que irá ter as condições para a prática desportiva, com as medidas regulamentares, à semelhança do que estava previsto no projecto inicial. Disse ainda acreditar ser possível encontrar uma solução intermédia, que dê resposta às necessidades da freguesia. -----

Sobre a questão da correspondência entre a Câmara e a Junta, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia que respondeu ao Senhor Délio Dias dizendo que toda a correspondência trocada entre as várias entidades envolvidas no processo está na Junta de Freguesia, disponível para consulta. Quanto à questão de o Presidente não transmitir o conteúdo das reuniões, o mesmo respondeu que transmitiu o que achou que tinha de transmitir, sublinhando que não há segredos e de que está disponível para dar mais informações. -----

A Presidente informou que não tem por hábito trocar correspondência com as juntas de freguesia, que os contactos são mais presenciais e pelo telefone. Neste caso, referiu que se tem encontrado com a Junta de Freguesia presencialmente, dando conta de que a discussão sobre a escola tem tomado grande parte do tempo desses encontros. -----

Tomou a palavra de seguida, o Senhor Francisco Leal, que referiu o desapontamento causado pelo revés do processo da escola, revelando as expectativas criadas em torno da sua construção, acrescentando ainda que acredita que a construção possa avançar, já que a escola é muito importante naquela parte da ilha. Na sua intervenção deu nota, ainda, do número de assaltos que têm vindo a acontecer no Concelho e na freguesia. Questionou a Presidente se a Câmara já tomou alguma posição junto da Polícia. Para

terminar referiu ainda a situação da Filarmónica de Santa Bárbara e do bom investimento que esta constitui. -----

A Presidente afirmou que a vitalidade das instituições é muito importante para o desenvolvimento das freguesias. Referiu como exemplos à Casa do Povo, o Sport Clube Barbarense e de que a Filarmónica tem sido alvo de atenção da autarquia. -----

Sobre a segurança da população e os assaltos que afirmou estenderem-se além Açores, uma vez que existe o problema que os relaciona com as casas de penhores e com a facilidade em vender ouro. Informou que deu conhecimento ao Senhor Comandante da PSP destas preocupações sobre a fiscalização destas casas. A Presidente referiu ainda que quem fiscaliza estas casas de penhores é a Casa da Moeda, que disse estar muito longe da nossa realidade e que nos casos sinalizados já foi feito formalmente o pedido à Casa da Moeda de verificação da legalidade de funcionamento destas casas de penhores. Explicou que o problema reside na dificuldade de obter uma listagem transparente dos vendedores destas Casas de Penhores. A Presidente concluiu que chamou a atenção das autoridades para esse aspecto que têm competência na fiscalização e na segurança pública. -----

Quanto à escola de Santa Bárbara, a Presidente disse estar confiante como o Senhor Francisco Leal, referindo que o projecto nem sempre recolheu união, afirmando que tudo fará para que o que foi prometido seja cumprido. -----

Um cidadão não identificado questionou o porquê do desfecho diferente entre as duas escolas, de Santa Bárbara e Ribeirinha, se os processos arrancaram na mesma altura, afirmando a tristeza dos barbarense por o desfecho nesta freguesia ter sido diferente. --

A Presidente incluiu-se no lote dos tristes, indicando que lhe cabe a si encontrar a solução. A diferença tem a ver com a natureza da escola, sendo que na da Ribeirinha foram encerradas três escolas, para uma apenas uma dê resposta às crianças da Ribeirinha. Em Santa Bárbara, a construção da escola implicará o fecho de escolas noutras freguesias, Doze e Cinco Ribeiras, uma decisão que cabe ao Governo Regional. A outra questão apontada é que a Escola da Ribeirinha é só de primeiro ciclo e a de Santa Bárbara de segundo ciclo, o que implica um financiamento maior do Governo Regional. -----

O cidadão perguntou a razão da demora em levantar esta questão. -----

A Presidente lembrou que esta questão foi levantada em reunião de Câmara para aprovação do Orçamento, uma questão discutida na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, na qual se aguardava a definição do Orçamento por parte do Governo Regional. -----

Tomou a palavra seguidamente o Senhor José Armando, após saudação, questionou as declarações da Presidente, acompanhadas pelas declarações da Secretária da Educação, na Comunicação Social. -----

A Presidente afirmou que nunca prestou qualquer tipo de declaração sobre esse assunto a nenhum jornal. -----

Interveio de seguida o Senhor Flávio Mendes, que após saudação dos presentes, informou ser apertadário. Afirmou que apesar de jovem considerava que a cidade de Angra e Santa Bárbara não evoluem mais por questões burocráticas. Ressalvou a referência ao trabalho da Casa do Povo, do Sport Clube Barbarense, da Filarmónica, mostrou-se descontente por se esquecerem da associação com setenta jovens, sem condições, o 630 – Escuteiros de Santa Bárbara. Finalizou que não tinha questões, mas que gostaria de salientar as condições em que o grupo trabalha. -----

A Presidente respondeu que recentemente em reunião com a Junta de Freguesia de Santa Bárbara a questão da sede dos escuteiros foi abordada, já que é uma preocupação da Junta e da Assembleia de Freguesia e que a Câmara está a tentar encontrar uma solução para essa questão. Deu nota que há outros grupos de escuteiros com instalações deficientes e que Santa Bárbara é um deles. -----

O Senhor Flávio Mendes voltou a intervir para referir o trabalho da Junta no auxílio aos escuteiros. A Presidente apresentou uma proposta, uma alternativa que tem vindo a ser utilizada, no caso de se vir a realizar a transferência para um novo equipamento, ceder-se parcial ou totalmente a antiga escola de Santa Bárbara aos escuteiros. A Presidente questionou se já tinham tentado encontrar uma alternativa, ao que o Senhor Flávio Mendes disse que sim e que já tinham ponderado a hipótese da ocupação da escola, mas que necessitam de uma alternativa provisória. Deu nota ainda de que o actual espaço ocupado é da igreja e a paróquia não quer ceder o espaço pelo prazo de anos. --

A Presidente respondeu que é sempre mais fácil uma solução se for o grupo a encontrar uma alternativa, para depois transmitir à Câmara, para deliberação posterior. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Casa de Povo, Durval Santos, que após saudação referiu que a Casa do Povo está sempre na defesa dos interesses da freguesia, pondo a questão da utilização dos terrenos em que é suposto construir a escola e mostrando preocupação com a falta de deferência pelas crianças, em detrimento das questões técnicas e processuais. Apontou ainda as questões relacionadas com a falta de condições para o ensino na actual escola, sublinhando a importância da construção de uma escola de primeiro ciclo e de um pavilhão desportivo

na freguesia. Defendeu, ainda, que no investimento em educação e saúde nunca se deve olhar para trás. Apontou também que a questão dos escuteiros precisa de uma solução, apontando que a actual escola reúne as condições e o espaço para os trabalhos dos escuteiros. Revelou que está descontente com a situação, reconhecendo que a Presidente tem feito esforços para a resolução do problema não apenas da escola de Santa Bárbara, mas da escola da Zona Oeste da Ilha Terceira. Concluiu que a prioridade são as crianças, dando como exemplo o Centro Intergeracional. -----

Tomou a palavra o Senhor António Dias, membro da Assembleia de Freguesia, que após saudação referiu que não tem filiação partidária, questionou a Presidente e os Vereadores sobre se tinham conhecimento de outro caso como o de Santa Bárbara. Considerou ainda que já devia haver alguma resposta concreta por parte do Governo Regional, tendo em conta que a reunião havia sido marcada há muito tempo. Disse ainda estranhar uma falta de reacção por parte do Governo em dar resposta a este problema. -----

A Presidente informou que foram tomadas diligências e que foi feito o pedido de informação à Secretaria da Educação que disse ter respondido de forma rápida e que a carta não foi entregue aos Vereadores por se encontrar de férias na passada semana. A Presidente voltou a resumir o conteúdo da carta e a indicar a contraposição com a solução já apontada. Apontou para uma resposta do Governo Regional nos próximos quinze dias. Sobre os processos a presidente disse não os conhecer, mas os mesmos encontram-se em fase de revisão. -----

O Vereador Fernando Dias interveio e leu o ponto três da carta enviada pela Secretária da Educação à Câmara Municipal, posto isto referiu que a Presidente havia dito que a Senhora Secretária não considera prioritária uma escola daquela natureza, afirmando que o que lhe pareceu é que não está disposta a concordar com outra escola, mesmo que de outra natureza. -----

A Presidente deu conta de não ser essa a sua interpretação, fazendo referência ao conteúdo do ponto dois, indicando que se leia a carta na totalidade, já que por pontos se perde o contexto. O Vereador perguntou de seguida se já houve resposta à carta. A Presidente anotou que houve apenas contraproposta verbal. O Vereador referiu que seria melhor uma resposta escrita, referência assentida pela Presidente. -----

O Senhor José Gabriel tomou a palavra para manifestar a sua preocupação com os escuteiros e a filarmónica. Perguntando de seguida se os senhores Vereadores presentes estão de acordo com a construção da escola. -----

Os Vereadores responderam afirmativamente. -----

Tomou a palavra a Senhora Graça Silveira pedindo à Presidente que respondesse à pergunta que havia feito na sua primeira intervenção, questionando se a Presidente tem poder para resolver este problema, para alterar a situação da escola para Santa Bárbara. -----

A Presidente afirmou que se ia construir a escola e referindo que o seu poder é manifestar entendimento junto do que consideram melhor para o concelho de Angra, apontando como positivo o acordo entre todos sobre esta matéria. -----

A Senhora Graça Silveira perguntou se a Câmara tinha poder financeiro para resolver o problema. A Presidente respondeu negativamente, explicando que se a Câmara pudesse avançar com a escola do primeiro ciclo sozinha, já o tinha feito, esclarecendo que a infra-estrutura não pode funcionar sem crianças e para haver crianças é preciso que haja um entendimento da Secretaria Regional nesse sentido. -----

A Presidente informou os presentes de que a Senhora Graça Silveira não é de Santa Bárbara e que não esteve presente em nenhuma das apresentações públicas das escolas, dizendo ainda que a senhora pertence a um partido político e que está presente na reunião naquela qualidade. Dando conta de que já respondeu e esclareceu de quem é que são as competências da definição da política educativa e da construção de equipamentos escolares e de que as questões colocadas não contribuem para o esclarecimento das pessoas e de que esta senhora já havia interferido noutras reuniões com esse mesmo objectivo. -----

O Senhor Luís Rendeiro tomou a palavra e após saudação disse não ser de Santa Bárbara e que também é dirigente partidário, dizendo que a sua presença está relacionada com o interesse na discussão do assunto da escola. Dando de seguida conta da posição do PSD quando o assunto mereceu a atenção da comunicação social, dizendo não aceitar acusações de presença para aproveitamento e considerando que o assunto é político desde o início. Afirmou que o PS prometeu este projecto e afirmando que a Câmara Municipal já tinha conhecimento desde Dezembro de que a Secretaria da Educação não iria dar continuidade ao projecto nestes moldes e perguntando aos barbarenses quando é que os interesses da freguesia se iriam sobrepor à solidariedade partidária. O Senhor Luís Rendeiro teceu críticas ao percurso do projecto e referiu ainda que a segunda linha, sobre a possibilidade da remodelação das escolas que já existem, foi a proposta do PSD. -----

A Presidente saudou as questões colocadas pelo Senhor Luís Rendeiro, referindo a posição do PSD sobre a escola e de que este era um projecto da Câmara e do Governo

e não da freguesia. Considerou que há solidariedade interinstitucional, mas que a mesma não se sobrepõe aos interesses do Concelho. Relembrou o compromisso que havia sido assumido e o incumprimento do mesmo, daí que tenha surgido a proposta alternativa para servir os interesses da zona Oeste. A Presidente referiu que a questão não se esgota numa carta e que consoante a decisão seriam tomadas medidas pela Câmara. -----

O Senhor Luís Rendeiro considerou haver consequências e aproveitamentos políticos, afirmando que espera que a sessão tenha sido esclarecedora e que o incumprimento ou falta dele possam merecer os actos eleitorais devidos e a devida valoração ou castigo, por parte das freguesias. -----

A questão política voltou a estar presente na troca de impressões entre a Presidente e o Senhor Luís Rendeiro, que disse estar ali presente enquanto oposição, escolhida pela população. -----

A Presidente manifestou-se contente com o facto de o PSD, à excepção do Senhor Luís Rendeiro, estar agora de acordo com a construção da escola de Santa Bárbara. -----

Tomou a palavra de seguida o Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, José Cipriano Martins, que após saudação disse não ser de Santa Bárbara, mas que é como se fosse. Referiu que tinha previsto fazer uma intervenção sobre a escola, considerando que o assunto deveria ser explorado com o objectivo de fazer a escola e não de criar problemas, comentando de seguida a intervenção da Senhora Graça Silveira, que já não se encontrava presente, bem como um artigo escrito pela mesma, afirmando que a mesma não tem conhecimento sobre a matéria. -----

A Senhora Anabela foi a próxima a tomar a palavra, após saudação agradeceu a presença de todos. Fez referência ao bem receber da freguesia, fazendo votos de que todos considerassem o mesmo. Sobre a escola, referiu a durabilidade do processo e acrescentou que a falta de comentários sobre a freguesia sobre a situação se deve ao facto de esta ainda não estar terminada. Fez nota à diminuição do número de crianças e ao facto de haver cada vez menos filhos e ao facto da construção desta escola estar associada à tentativa de fixação de população, inicialmente por parte do Professor Álamo Meneses. Fez referência, ainda, às questões políticas que foram surgindo durante a reunião. Falou ainda da obra feita na freguesia de Santa Bárbara. Afirmou que gostaria que a freguesia continuasse unida, noutros projectos para o bem de todos. -----

Tomou a palavra de seguida o Senhor João Santos que após saudação disse que não tinha pensado intervir na reunião por não ser de Santa Bárbara, mas só assistir na sua qualidade de político. Lamentou o facto de a questão ter sido politizada em algumas

intervenções, resolvendo por isso intervir. Depois de fazer referência ao cargo de adjunto durante dez anos de várias secretarias regionais, afirmou ter acompanhado de perto este assunto, referiu ainda o facto de ser deputado pelo Partido Socialista e de ter estado presente nas várias ocasiões onde se discutiu este assunto, inclusive agora com a reunião pública. Voltou a referir a discussão politizada, comentando a intervenção do Senhor Luís Rendeiro apelidando-a de política. Lamentou ainda o facto de terem sido colocadas algumas questões que já tinham obtido resposta, pondo em causa a oportunidade de algumas delas. Deu nota, ainda, que este não é um problema só de Santa Bárbara, mas que já aconteceu em todos os concelhos dos Açores. Recordou as competências exclusivas da Câmara e do Governo. Rematou que se alguém pode levar ao Governo Regional a posição de Santa Bárbara nesta fase é a Senhora Presidente da Câmara, de forma a encontrar a melhor solução para resolver problema deste lado da ilha. -----

O Senhor António Fagundes tomou a palavra, após saudação, lamentou os comentários desagradáveis e considerou que no momento o problema reside no Governo e não na Senhora Presidente. -----

De seguida um senhor não identificado que referiu que a preocupação dos barbarenses é a escola e a possibilidade de não a ver concretizada. Afirmou que a maior preocupação são as crianças, lembrando de seguida que a Câmara de Angra é a segunda dos Açores, não entrando em pormenores políticos, relembrou a influência da Câmara junto do Governo. -----

A Presidente disse não querer medir o poder da autarquia, nem o dela própria, mas sim de servir o melhor possível durante o seu mandato, da melhor forma possível. Recordou o telefonema do Senhor José Pedro para a informar de que havia consenso com o Governo Regional no sentido de se construir uma escola de primeiro e segundo ciclo em Santa Bárbara. Recordou o ATL e Centro de Dia que foram uma experiência bem sucedida da altura, apontando de que já nesse tempo considerava esta situação ideal para esta zona. Deu nota da possibilidade de derrota, mas garantiu continuar a bater-se até ouvir um não definitivo. Afirmou que lhe parece possível a construção da escola de primeiro ciclo e que se considerasse que não havia hipótese, já o teria dito. -----

O Vereador Francisco Cota Rodrigues tomou a palavra para referir a sua passagem de 15 anos por Santa Bárbara, referindo ter o mesmo objectivo da Presidente, de fazer a escola, sem nada ter a ver com partidos e com votos, mas a favor do interesse público.--

A Presidente lamentou os ataques pessoais, bem como o Vereador Francisco Cota Rodrigues e o facto de não haver união política, dando o exemplo da ilha do Pico, de onde disse ter experiência de uma união que se sobrepõe aos partidos políticos. Deu ainda exemplo de várias obras que deram origem a polémicas, como o da escola da Ribeirinha, que o Vereador Francisco Cota Rodrigues disse estar na página da Câmara para quem quiser consultar. -----

Tomou a palavra o Senhor Flávio Mendes que disse que os mandatários dos partidos políticos presentes e que os mesmos estiveram a fazer campanha e que neste caso estavam em primeiro lugar as questões dos barbarenses. A Presidente informou que nas reuniões públicas é dada prioridade às pessoas da freguesia. -----

De seguida, tomou a palavra o Senhor Manuel Cota que após saudação perguntou que freguesias estavam incluídas na nova proposta. A Presidente esclareceu que eram as Cinco, Doze Ribeiras, Serreta e Santa Bárbara. -----

Tomou de seguida a palavra o Senhor José Armando que propôs que a Senhora Secretária assistisse a uma reunião, perguntando de seguida quando é que começam as obras no pavilhão. A Presidente afirmou que qualquer que seja a decisão, a reformulação do projecto vai levar o seu tempo, referindo que acha que a decisão será rápida. -----

O Vereador Cota Rodrigues referiu que todo o processo implica um novo projecto e uma nova adjudicação. -----

A Presidente agradeceu a recepção da Junta de Freguesia de Santa Bárbara e a participação de todos, considerando a reunião útil para o esclarecimento das pessoas sobre como é que o processo foi conduzido e o ponto em que se encontra e por fim lembrar que a Câmara está empenhada em resolver esta questão e levar a bom porto este projecto de todos os barbarenses. -----

ENCERRAMENTO

Pelas zero horas e cinquenta e um minutos não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.

O Presidente da Câmara

.....